



## HOMENAGEM



**N**este texto procurarei, de entrada, clarificar um pouco melhor o conceito de transformação histórico-estrutural e mostrar a relevância, decisiva, dos Institutos de Estudos Europeus no processo de ajustamento da economia, do quadro jurídico, da sociedade e da política portuguesas face à nova realidade criada em 1986; seguidamente, tentarei explicitar aquelas que me parecem constituir as cinco chaves básicas para entendermos – ou, pelo menos, tentarmos entender – o curso do processo histórico concretizado.

Uma alteração histórico-estrutural ocorre na vida de uma sociedade quando se verifica (de modo deliberado ou de modo, simplesmente, sofrido) uma mudança profunda e duradoura, que altera o quadro geral de enquadramento e das condições da sua existência no correr do tempo histórico concreto; por outras palavras: trata-se de introduzir, por via da execução de uma concepção estratégica, de uma mudança de padrão na sequência da formação filogenética da história de um determinado povo (no caso, da História de Portugal).

Para todos os Estados-membros (desde os seis iniciais de 1951) e, de modo especialmente marcado, para Portugal (atendendo às circunstâncias específicas da segunda me-



# 25 Anos da Adesão de Portugal às Comunidades Europeias

**A adesão de Portugal às, então, CE (CECA; CEE; CEEA) constituiu um caso bem definido e concreto de transformação histórico-estrutural e, muito provavelmente, irá ainda estar actuante por um (desejavelmente) longo período de profícuos resultados em termos estratégicos, políticos, económicos e sociais.**

**POR ERNÂNI RODRIGUES LOPES †**  
MINISTRO DAS FINANÇAS E DO PLANO (1983-1985)  
CHEFE DA MISSÃO JUNTO DA CE (1979-1983)  
MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DE NOVA CIDADANIA

tade da década de 1970), a integração europeia tornou-se numa realidade plena e inequívoca do dia-a-dia, que marca diferenças essenciais face à situação histórica anterior.

Por isso, a questão do conhecimento e do estado aprofundado dos «assuntos comunitários» constitui matéria, simplesmente, obrigatória e inultrapassável.

Esta questão colocou-se – e coloca-se – em planos fundamentais, nomeadamente os três seguintes: 1) no plano técnico-profissional (do jurídico ao dos vários sectores de actividade económica; da Administração Pública ao intercâmbio de estudantes e professores ou à mobilidade da mão-de-obra), sendo inequívoco que, no seio da vivência corrente comunitária, não há lugar para a incompetência

ou a debilidade técnica da fundamentação das posições – o efeito directo é óbvio: perda de dinheiro e de prestígio; 2) no plano da produção académica, assente, por um lado, no conhecimento directo da realidade comunitária e na aplicação, sobre ela, das bases científicas de cada grande domínio de conhecimento e, por outro lado, na elaboração, ao longo das seis últimas décadas, da metodologia que permitiu estabelecer a área de «Estudos Europeus» como domínio próprio de conhecimento científico; e 3) no plano da cidadania, onde apenas o estudo, o conhecimento e o diálogo participativo permitem corresponder às responsabilidades de cada cidadão consciente perante matérias complexas e de importância primordial. Foi precisamente para responder às exigências deste quadro (aqui apenas esboçado nas suas linhas gerais) que foi criado, em 1978-1979, constituindo facto então pioneiro, o Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa – que posteriormente daria origem ao actual Instituto de Estudos Europeus. Mais de um milhar de quadros portugueses e alunos estrangeiros puderam, têm podido, ao longo de todo o período da participação de Portugal na construção europeia, ainda desde a fase das negociações de adesão, concretizar os seus estudos de pós-graduação, mestrado e doutoramento em Estudos Europeus e, desse modo, obter a base indispensável para compreender, aprofundar e actuar seriamente quer no plano profissional, quer nos planos académicos e de cidadania.

## Portugal nas CE/na UE: as chaves de leitura

Um fenómeno com a importância do processo de adesão/integração não cabe numa moldura simples ou meramente unidimensional. A realidade requer ser abordada sob várias perspectivas, cada uma delas corporizada numa chave de compreensão; sem cada uma delas e o respectivo conjunto, seria impossível entender o que se passou, o que está a passar-se e, em boa

medida, o que se passará. Essas cinco chaves são (sumariamente) apresentadas nos cinco parágrafos seguintes.

### A chave histórico-estratégica

A articulação entre a descolonização e a adesão às CE constituiu o mais importante factor simultaneamente detonador, condicionante e enformador da evolução de Portugal, como Estado, como economia e como sociedade, ao longo das mais de três décadas e meia transcorridas desde 25 de Abril de 1974.

No curto período entre 1974 e 1975 (revolução portuguesa e independências africanas) e 1977 (formalização do pedido de adesão), Portugal procedeu a uma reconfiguração

## A EUROPA 25 ANOS DEPOIS

25 anos depois da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, ou (PE), através do seu gabinete em Portugal, publicou um livro, com coordenação editorial do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, onde se reúnem diversos textos e dados sobre a relação entre Portugal e a (agora) União Europeia ao longo deste quarto de século. Com a participação de autores tão diversos como José Manuel Fernandes, Jacinto Lucas Pires, Guilherme Oliveira Martins, Manuel Lobo Antunes, Bernardo Pires de Lima, João Pereira Coutinho e Marina Lobo, para além dos 5 líderes das delegações parlamentares portuguesas no PE, são mais de 30 olhares diferentes, incluindo-se, ainda, um registo dos resultados e composição das listas concorrentes ao Parlamento Europeu ao longo destes anos. Sendo impossível, e indesejável, fazer um balanço do que é já um balanço, o texto de Ernâni Lopes, aqui junto, representa, simultaneamente, um bom resumo do que esteve e está em causa e, também, uma justa homenagem a um homem que entendeu a relação de Portugal com a Europa, e a sua preparação para esse desafio, como um dos elementos essenciais do Portugal contemporâneo. Perceber porquê e para quê a Europa para Portugal é fundamental para discuti-la.

**Henrique Burnay**

25 ANOS  
DE INTEGRAÇÃO  
EUROPEIA

### 25 anos de integração Europeia

Publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Instituto de Estudos Políticos  
da Universidade Católica  
Portuguesa (Lisboa)

DIRECÇÃO EDITORIAL  
João Carlos Espada;

COORDENAÇÃO  
Henrique Burnay.  
CONCEPÇÃO, DIRECÇÃO E  
PRODUÇÃO EDITORIAL:  
Principia Editora



profunda do seu posicionamento estratégico. Com efeito, substituiu a predominância da sua vertente atlântico-global (que dominara a vida portuguesa desde os inícios do século XV) pela da sua vertente europeio-continental (por via da ligação à construção europeia).

### A chave sociocultural

A adesão, em vigor desde 1986, implicou um duplo mecanismo de intensificação e ruptura do processo de modernização da sociedade portuguesa iniciado ao longo da década de 1960. Desde logo, intensificação porque as mudanças que caracterizaram a década e meia de «desenvolvimentismo e Guerra do Ultramar», entre 1960 (participação na EFTA e, logo de seguida, início de operações militares em África, em 1961) e 1974 (golpe de Estado, revolução e mudança de regime) embora efectivas, foram significativamente limitadas pelo enquadramento restritivo da realidade política; mas, também, um factor relevante de ruptura, pelo efeito da pressão da vivência num enquadramento internacional com regras, exigências e padrões de permanente comparação que, anteriormente, eram desconhecidos (ou, quando muito, apenas constituíam elementos de referência para os segmentos mais elevados da intelectualidade).

### A chave político-ideológica

Liberdade e democracia constituem o núcleo duro da compreensão da realidade portuguesa como linha orientadora

do 25 de Abril de 1974 e como dimensão político-ideológica estruturante da decisão de adesão às CE.

É compreensível que assim tenha sido; com efeito, o prolongamento por quase meio século do regime fechado de tipo ditatorial, antidemocrático e antiliberal criou um quadro em que o anseio por um regime aberto e livre se foi afirmando – particularmente face ao insucesso político da «Primavera marcelista» e, sobretudo, à incapacidade para encontrar resposta política adequada à situação de guerra em África.

O papel fundamental do 25 de Abril de 1974 foi o de desfazer os múltiplos bloqueios (estratégicos, políticos, sociais, ideológicos, económicos) em que Portugal se foi enredando ao longo de vários anos (certamente a partir de 1968; possivelmente desde 1961).

**PORTUGAL É CAPAZ, OU NÃO,  
DE ASSEGURAR A ARTICULAÇÃO  
ENTRE OS QUATRO PÓLOS  
FUNDAMENTAIS DA SUA  
GEOPOLÍTICA – PORTUGAL,  
EUROPA, ÁFRICA, BRASIL?**



Assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Europeia, Mosteiro dos Jerónimos, 12 de Junho de 1985

No novo quadro, tornaram-se óbvias algumas questões decisivas para o futuro: desde logo, a luta pela implementação teórico-ideológica e jurídica de um Estado democrático capaz de se afirmar face à pressão para a instauração de um regime totalitário, aproveitando a oportunidade aberta pelas circunstâncias difíceis da incerta transição de regime; em paralelo, assegurar uma resposta às múltiplas questões urgentes colocadas (literalmente de um dia para o outro) pelo processo de descolonização; e, ainda, encontrar o modo adequado de redefinir o posicionamento internacional de Portugal na sua nova realidade interna.

É neste terceiro aspecto que a decisão de solicitar a adesão assume o seu significado. Podiam, na altura, identificar-se cinco linhas de orientação, mais ou menos fundamentadas, mais ou menos credíveis, quanto a esta questão fundamental da inserção internacional de Portugal: as duas mais óbvias e estridentes ou defendiam a estruturação de uma relação duradouramente profunda com os países da Europa Oriental e, em especial, com a União Soviética, ou propugnavam o lançamento de uma abordagem «terceiro-mundista» de contornos bastante vagos mas a que não eram estranhas referências ao «modelo jugoslavo» e à aproximação aos «povos irmãos» do Terceiro Mundo na sua luta «contra o capitalismo e o imperialismo»; as terceira e quarta linhas mostravam-se relativamente excêntricas, correspondendo a visões desfasadas da dinâmica da sociedade portuguesa

– exprimiam, por um lado, nos sectores mais conservadores e proteccionistas do empresariado, o medo face ao futuro e a simples recusa a seguir a concorrência, i. e., «nada fazer... e manter a EFTA» (que era o limite do tido como suportável) e, por outro lado, em sectores específicos e limitados das sociedades açoriana e madeirense, numa posição pouco estruturada mas acalentada (por alguns) de separação da matriz continental, particularmente clara no caso dos Açores propugnando alguma forma de ligação aos EUA; finalmente, uma quinta linha de orientação, que veio a revelar-se a dominante e de maior capacidade mobilizadora, a inequívoca opção pela adesão plena às CE.

Esta linha é, antes de mais, uma proposta política decisiva de Mário Soares e, consequentemente, do Partido Socialista; compreensivelmente, os outros partidos relevantes do arco da democracia (nomeadamente, o PPD e o CDS) assumiram a mesma orientação, embora com matizes próprios de empenhamento ao longo dos oito anos de negociação da adesão.

Do ponto de vista político-ideológico, a opção pela adesão constituiu o ponto-charneira da afirmação e da consolidação, na realidade portuguesa, de um regime de democracia representativa de tipo ocidental; o efectivo sucesso político da integração, ao longo dos 25 anos da sua concretização, reforça a validade dessa opção – e, em contrapartida, mostra a justeza da avaliação estratégica, por parte das formações que aspiravam à instalação de um regime de tipo totalitário, de que essa via ficava barrada na ratificação dos Actos de Adesão.

### A chave económico-empresarial

Creio que ficou bem claro que a raiz profunda do pedido de adesão foi de carácter político-ideológico; mas o processo de adesão/integração revestiu-se, de modo inteiramente consciente, de um conteúdo decisivo, do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento económico e social de Portugal. O essencial desse marco dominante dos últimos 25 anos pode ser esboçado nos cinco tópicos seguintes.

Em primeiro lugar, a questão central que estava colocada

na segunda metade da década de 1970 e no quadro de turbulência revolucionária em Portugal, membro fundador da NATO, a saber: no final do século XX, por onde iria passar a divisória entre o centro e a periferia da economia mundial, no canto sudoeste da Europa; a função económico-estratégica decisiva da adesão consistiu em colocar as economias de Portugal e da Espanha, pela primeira vez desde o século XVIII, institucionalmente integradas no centro da economia mundial.

Em segundo lugar e em decorrência da questão anterior, a única razão económica, de carácter efectivo, para a adesão: a concepção teórica do «binómio integração-desenvolvimento», no sentido de conceber a futura integração como um mecanismo profundo que, literalmente, forçava a adopção de transformações estruturais na economia portuguesa.

Em terceiro lugar, o modelo (próprio do funcionamento das CE) de um conjunto organizado e sistemático de transferência de recursos financeiros, que vieram a potenciar a concretização do mecanismo anterior.

Em quarto lugar, aquela que se configura como a alteração de maior intensidade ao longo do quarto de século já decorrido: a intensificação da relação económica bilateral entre Portugal e a Espanha.

Finalmente, em quinto lugar, o processo de ajustamento e resposta, por parte das empresas portuguesas (individual e sectorialmente), à pressão da competição acrescida, sob o efeito de um mecanismo cumulativo de efeitos locais no mercado ibérico, de recomposição de fluxos (com desvio e criação de comércio) à escala regional europeia e, posteriormente, da pressão directa do processo geral de globalização competitiva. As consequências no plano das transacções de bens e serviços rapidamente acresceram novos (e relativamente intensos) fluxos de capitais, nomeadamente IDE – e não surpreende que, nos começos da década de 90, a temática da internacionalização das empresas portuguesas mostrasse sinais de passar de uma mera dimensão teórica ou para banais efeitos políticos para uma efectiva realidade (embora ainda hoje insuficiente).

#### A chave sistémica

Visto na óptica a posteriori, este ano do 25.º aniversário da assinatura dos Actos de Adesão, a 12 de Junho de 1985, um traço dominante da posição de Portugal, em termos sistémicos da logificação da sua realidade nacional, é a assumpção do processo de construção europeia, reconfigurando todo o processo histórico multissecular do seu posicionamento estratégico.

Os resultados obtidos justificam essa opção; e, fazendo um exercício simétrico no eixo do tempo, importa, ao menos, enunciar a questão sobre qual a visão estratégica, para Portugal, para cada um dos restantes Estados-membros e para o conjunto da UE, relativamente aos próximos 25 anos. Não faz qualquer sentido fugir ao problema argumentando que se trata de um horizonte irrelevante, porventura irrealista, por excessivamente longínquo – os que assim pensam colocam-se numa posição duplamente falsa: por um lado, esquivam-se a enfrentar os problemas de fundo, deixando-os para quem já não terá opção, porque virá depois; e, por outro lado, consideram, frequentemente,

que a adesão foi «parece que ontem», sendo que esse «ontem» tem a mesma extensão para trás que a exigência da leitura prospectiva proposta tem para a frente. É essa a base daquilo a que Jacques Delors, com toda a razão, chamou «entrer dans l'avenir à reculons».

Este brevíssimo texto não será o quadro adequado para esse exercício, verdadeiramente essencial e verdadeiramente fundamental – sobretudo olhando para a realidade portuguesa e europeia neste final da primeira década do século XXI.

Mas, no mínimo, será indispensável deixar uma nota básica: feita a descolocação, concretizada a adesão, consolidada a integração, assumida a ligação profunda ao processo histórico da construção europeia, a questão estratégica fundamental para Portugal, no horizonte da viragem do primeiro para o segundo quartel do século XXI, é a seguinte: Portugal é capaz, ou não, de assegurar a articulação entre os quatro pólos fundamentais da sua geopolítica – Portugal, Europa, África, Brasil?

A resposta, só a saberemos, com segurança, na década de 2030; mas conhecemos já, convicadamente, dois aspectos claros: 1) Desde logo, se a resposta for «sim», Portugal será útil, terá papel interessante para os seus interlocutores e afirmar-se-á, conjuntamente com europeus, africanos e brasileiros; se for «não», Portugal não terá nenhum papel internacional minimamente relevante e ficará simplesmente encurralado no canto sudoeste da Europa; 2) Seguidamente e sobretudo, a resposta positiva a esta questão estratégica fundamental é, hoje, tanto ou mais relevante, do ponto de vista sistémico, quanto o foi o conjunto da decisão de inserção de Portugal no processo de construção europeia no período seminal de 1974-1977, da negociação da adesão (1977-1985), da assinatura (1985) e entrada em vigor (1986) dos Actos de Adesão e, sobretudo, da experiência dos 25 anos desde então decorridos. O papel das elites não é governar-se nem, sequer, orientar os assuntos de Estado em tempos de vida corrente e banal; é, acima de tudo, saber compreender as mudanças do processo histórico e ter a capacidade de conceber e concretizar as novas soluções que a História tende, discretamente, a exigir.

As respostas é que nem sempre correspondem. ■■

## A RAZ PROFUNDA DO PEDIDO DE ADESÃO FOI DE CARÁCTER POLÍTICO-IDEOLÓGICO; MAS O PROCESSO DE ADESÃO/ INTEGRAÇÃO REVESTIU-SE, DE MODO INTEIRAMENTE CONSCIENTE, DE UM CONTEÚDO DECISIVO, DO PONTO DE VISTA DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL